

AGRADECIMENTOS

11ª EDIÇÃO (2019)

FREDERICO AMADO

Agradeço aos meus pais e irmãos pelo incentivo constante em buscar a realização de meus sonhos, sejam quais forem.

Agradeço especialmente à minha esposa Larissa, pela compreensão de que é necessário abdicar de parte do convívio social para atingir algo mais profissional, bem como pelos incentivos, sugestões e auxílio substancial na revisão da 2ª edição e edições seguintes desta obra. Igual agradecimento merecem os meus dois filhos, Laurinha e Fredinho, que dividem o pai com as suas atribuições profissionais em prol do seu futuro.

11ª
edição

revista, atualizada
e ampliada

Curso de Direito e Processo

Previdenciário

De acordo com a
mini-reforma
PREVIDENCIÁRIA
de 2019
MP 871/19



www.editorajuspodivm.com.br
Rua...
Tel: (...)
- Contato: <http://www.editorajuspodivm.com.br>

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Diney da Cunha J.L., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didiel, José Fernando Mouta, José Marcelo Vilgier, Marcos Erhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Rogério Zaniches Cunha, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Zaniches Cunha.

Diagramação: Ibeis Imprensa (ibeisimpres@sdsig@gmail.com)

Capa: Ana Caduetti

Amado, Frederico. Curso de direito e processo previdenciário / Frederico Amado - 11. ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2019. 344p. Ilustrações. ISBN 978-82-442-2691-9. 1. Direito previdenciário. 2. Direito processual previdenciário. I. Amado, Frederico. II. Título. CDD 341.6

Edição
2019

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm. É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a expressa autorização do autor e as Edições JusPodivm não se responsabiliza por danos materiais caracterizados crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis.

EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ideia Impressa (ideiaimpressadesign@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A481c Amado, Frederico
Curso de direito e processo previdenciário / Frederico Amado – 11. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
2.464 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2691-9.

1143319

1. Direito previdenciário. 2. Direito processual previdenciário. I. Amado, Frederico. II. Título.

CDD 341.6

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis.

SUMÁRIO

Siglas	21
--------------	----

TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

1

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	25
2. Definição e natureza jurídica	27
3. Competência legislativa	28
4. Princípios	29
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	30
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	31
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	32
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	33
4.5. Equidade na forma de participação no custeio	34
4.6. Diversidade da base de financiamento	35
4.7. Gestão quadripartite	36
4.8. Solidariedade	37
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida	38
4.10. Orçamento Diferenciado	40
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social	41
5. Assistência social	42
5.1. Introdução	42
5.2. Definição	43
5.3. Objetivos	44
5.4. Princípios	44
5.5. Diretrizes	45
5.6. Organização e gestão	45
5.7. Benefício do amparo assistencial do idoso ou deficiente carente (BPC/LOAS)	50
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário	133
5.9. Seguro-Desemprego	135
5.10. Seguro-defeso do pescador artesanal	141
5.11. Outros benefícios assistenciais	149
6. Saúde	150
6.1. Introdução	150
6.2. Definição e natureza jurídica	157
6.3. O Sistema Único de Saúde	157
6.4. Princípios	163
6.5. Acordos Internacionais	164
7. Previdência Social	169
7.1. Introdução	169

7.2.	Evolução histórica mundial	170
7.3.	Evolução histórica no Brasil.....	172
7.4.	Definição e abrangência.....	196
7.5.	Classificação dos sistemas previdenciários	196
7.6.	Planos previdenciários brasileiros.....	197
	7.6.1. Planos básicos.....	198
	7.6.2. Planos complementares.....	202
8.	O Direito Previdenciário	203
8.1.	Autonomia	203
8.2.	Definição.....	204
8.3.	Relação com demais ramos jurídicos.....	204
8.4.	Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	205
9.	Pilares da Proteção Social no Brasil.....	213

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1.	Introdução	215
2.	A natureza jurídica da relação de custeio.....	218
3.	Contribuições em espécie	219
3.1.	Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei..	222
	3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício	222
	3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento	223
	3.1.3. Incidentes sobre o lucro	227
3.2.	Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	228
3.3.	Sobre a receita de concursos de prognósticos.....	228
3.4.	Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar	229
4.	Arrecadação.....	229
5.	Imunidade.....	232
6.	Princípio da Anterioridade Nonagesimal	240
7.	Constituição do crédito securitário	241
8.	Progressividade.....	243
9.	Anistia e remissão	244
10.	Decadência e prescrição.....	245
11.	Simplex Nacional.....	247

TÍTULO II DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.	Abrangência	251
2.	Cobertura.....	253
3.	Legislação de regência.....	253
4.	Administração	254
5.	Sistemática	255
6.	Características	255

Sumário

7. Entidades e órgãos previdenciários.....	256
7.1. Conselho Nacional da Previdência.....	257
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	259
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social	267

2

PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	271
2. Princípio da Contributividade	272
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	272
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	272
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários	274
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	275
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	275
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	277
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	277
10. Princípio da Garantia do Benefício Não Inferior ao Salário Mínimo.....	279
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa	280
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social	280
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	281
14. Princípio da Responsabilidade	282
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social	283
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	283
17. Princípio da Automaticidade das Prestações.....	284
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	285
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	285

3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	287
2. Segurados obrigatórios.....	288
2.1. Segurado empregado	290
2.2. Segurado empregado doméstico.....	305
2.3. Segurado trabalhador avulso	306
2.4. Segurado especial.....	310
2.5. Segurado contribuinte individual.....	337
3. Segurados facultativos.....	346
4. Filiação.....	348
5. Inscrição.....	355

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição	365
2. Limites	366
3. Delimitação.....	373
4. Composição	379

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	401
2. Natureza jurídica	402
3. Aspecto material e temporal do fato gerador.....	404
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS	405
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico	406
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo	412
4.3. Segurado especial.....	423
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	428
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	430
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	440
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho	442
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	446
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico	450
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal	453
7.1. Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional.....	453
7.2. Produtor Rural Pessoa Física (PRPF)	454
7.3. Produtor Rural Pessoa Jurídica (PRPJ).....	462
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	465
9. Arrecadação.....	491
10. Parcelamento.....	503
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento	504
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra	505
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	509
13.1. Construção civil	511
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico	513
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	513
13.4. Administração Pública.....	513
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	514
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados.....	515
13.7. Oficial de Cartório e contratantes.....	515
13.8. Trabalho temporário.....	515
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	515
15. Certidão negativa de débito.....	520
16. Obrigações acessórias da empresa	524
17. Das infrações administrativas.....	528

6

**ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS
E EVENTOS EQUIPARADOS**

1. Introdução	531
2. Definição de acidente de trabalho.....	533
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	534
4. Acidente de trabalho por equiparação.....	536
5. Reconhecimento.....	539

Sumário

6. Segurados cobertos	551
7. Prescrição dos benefícios acidentários	553
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	553
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	554
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente	556

7

REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	567
2. Classificação das prestações previdenciárias.....	567
3. Dependentes dos segurados	570
3.1. Classe I.....	573
3.2. Classe II	597
3.3. Classe III.....	599
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca	601
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição	629
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça.....	637
7. Período de Carência.....	653
8. Fator previdenciário.....	683
9. Salário de benefício e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	695
10. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	734
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	740
11.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões)	740
11.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	742
11.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	744
11.4. Lei Complementar 11/1971	744
11.5. Lei 5.890/1973.....	745
11.6. Lei 6.179/1974.....	745
11.7. Lei 6.210/1975.....	745
11.8. Lei 6.260/1975.....	746
11.9. Lei 6.367/1976.....	749
11.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	750
11.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	750
11.12. Emenda 20/1998.....	752

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por invalidez.....	761
2. Aposentadoria por idade.....	785
3. Aposentadoria por tempo de contribuição	821
4. Aposentadorias especiais	845
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde	845
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes	952
5. Auxílio-doença	966
6. Salário-família	1020
7. Salário-maternidade.....	1026
8. Auxílio-acidente	1047
9. Pensão por morte.....	1065

Curso de Direito e Processo Previdenciário – *Frederico Amado*

10. Auxílio-reclusão.....	1122
11. Abono anual.....	1147
12. Serviço social.....	1148
13. Habilitação e reabilitação profissional.....	1150
14. Benefícios especiais.....	1156
14.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial.....	1156
14.2. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político.....	1159
14.3. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	1160
14.4. Pensão mensal-vitalícia dos seringueiros.....	1163
14.5. Pensão mensal das vítimas da hemodíalise de Caruaru.....	1165
14.6. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase.....	1166
14.7. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	1166
15. Benefícios extintos.....	1167
15.1. Auxílio-natalidade.....	1167
15.2. Auxílio-funeral.....	1167
15.3. Pecúlio.....	1167
15.4. Abono de Permanência em Serviço.....	1167
15.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74).....	1167
15.6. Auxílio-suplementar.....	1168
15.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta.....	1169

•

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão.....	1171
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária.....	1175
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento.....	1179
3.1. Prescrição quinquenal.....	1181
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	1190
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	1209
3.4. Ampliação das situações de decadência pela Medida Provisória 871/2019.....	1211
4. Reajustamento da renda mensal inicial.....	1213
5. Acumulação.....	1216
6. Descontos legalmente autorizados.....	1221
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios.....	1247
8. Direito Adquirido.....	1248
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios.....	1250
10. Despensão.....	1261
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União.....	1263
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada.....	1266
13. Dano moral previdenciário.....	1267

•

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	1279
2. Fase inicial.....	1281
3. Fase instrutória.....	1291
4. Fase decisória.....	1346

Sumário

5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social).....	1350
5.1. Recurso Ordinário e Recurso Especial	1350
5.2. Procedimento recursal	1354
5.3. Enunciados e resoluções do CRPS	1358
5.4. Reclamação ao CRPS	1373
5.5. Embargos de declaração.....	1375
5.6. Desistência do recurso administrativo e propositura de ação judicial.....	1376
5.7. Matéria médica.....	1377
5.8. Revisão de ofício.....	1377
5.9. Conflitos de competência, conexão, continência e impedimento de julgador.....	1382
5.10. Processo digital.....	1384
5.11. Temas finais.....	1390
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	1391
7. Disposições diversas.....	1394
8. Processo de justificação administrativa.....	1394
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	1397

11

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional.....	1399
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	1399
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	1402
1.3. Competência estadual por delegação.....	1409
2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio.....	1411
3. As prerrogativas do INSS em juízo	1413
4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento	1418
5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação....	1440
6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	1442
7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	1445
8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias	1446
9. Ação civil pública previdenciária.....	1449
10. Intervenção do Ministério Público.....	1453
11. Custas processuais	1454
12. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	1455
13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários	1461
14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	1469
14.1. Regras gerais.....	1469
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)	1474
14.3. Quesitação em perícia previdenciária	1480
15. Pedido nas ações previdenciárias	1487
16. Recurso especial e repetitivo	1489
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo	1524
18. Ação rescisória previdenciária	1532
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	1538

12

PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. Microsistema jurídico com aplicação supletiva do Código de Processo Civil de 2015.....	1547
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	1551

3. Propositura da ação e sua desistência	1563
4. Assistência judiciária gratuita	1566
5. O INSS e os seus representantes judiciais.....	1567
6. Citação e contestação	1568
7. Abolição de algumas prerrogativas do Poder Público em juízo	1569
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	1573
9. Contagem dos prazos	1573
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	1573
11. Conciliação	1579
12. Prova pericial.....	1587
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação.....	1589
14. Custas processuais e honorários advocatícios.....	1602
15. Sentença.....	1603
16. Embargos de declaração.....	1605
17. Procedimento na Turma Recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração)	1615
18. Procedimento na Turma Regional e na Turma Nacional de Uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação).....	1631
19. Procedimento no STJ (incidente, agravo e embargos de declaração)	1651
20. Procedimento no STF (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração)	1655
21. Coisa julgada.....	1657
22. Fase de execução	1664
23. Tabela prática dos prazos nos Juizados Especiais Federais.....	1668

13

REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	1673
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	1676
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos)	1677
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988)	1680
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)...	1681
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”).....	1682
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	1684
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	1685
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	1686
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”).....	1687
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	1689
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	1691
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001.....	1695
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1696
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1700

Sumário

16. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91).....	1703
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/ antecipação da data de início do benefício).....	1706
18. Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição).....	1713
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário.....	1734
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho.....	1734
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente.....	1739
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98.....	1755
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	1760
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para acrescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade.....	1764
25. Revisão da aposentadoria "especial" do professor para excluir o fator previdenciário.....	1765
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	1771
27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao Plano Real (julho/1994) (revisão da vida toda).....	1772

14

ACORDOS INTERNACIONAIS
PREVIDENCIÁRIOS

1. Introdução e regras gerais.....	1779
2. Procedimento de ratificação e promulgação.....	1798
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil.....	1799
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social.....	1799
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.....	1804
3.3. Alemanha.....	1807
3.4. Bélgica.....	1811
3.5. Cabo Verde.....	1815
3.6. Canadá.....	1815
3.7. Chile.....	1819
3.8. Coreia (do Sul).....	1822
3.9. Espanha.....	1825
3.10. França.....	1830
3.11. Grécia.....	1835
3.12. Itália.....	1838
3.13. Japão.....	1841
3.14. Luxemburgo.....	1845
3.15. Portugal.....	1849
3.16. Quebec.....	1854
3.17. EUA.....	1857
3.18. Quadro-síntese dos Acordos.....	1861
4. Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil.....	1864

TÍTULO III

DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1

NORMAS GERAIS

1. Disposições iniciais e contagem recíproca	1867
2. Segurados	1892
3. Contribuições previdenciárias	1892
4. Cálculo dos benefícios	1907
5. Benefícios com previsão constitucional	1909
5.1. Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas.....	1910
5.2. Aposentadoria especial	1934
5.3. Aposentadoria por invalidez	1947
5.4. Aposentadoria compulsória	1952
5.5. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais	1964
5.6. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais.....	1965
5.7. Pensão por morte.....	1967
6. Outros benefícios que poderão ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1971
6.1. Auxílio-doença	1971
6.2. Salário-família	1971
6.3. Salário-maternidade.....	1972
6.4. Auxílio-reclusão	1972
7. Abono de permanência.....	1973
8. Regras de transição	1978
8.1. Direito adquirido	1978
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003	1980
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005.....	1982
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003	1985
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1987
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público.....	1990
10. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social	1994
11. Regulação dos investimentos pelo Conselho Monetário Nacional	1997
12. Regulamento dos regimes próprios de Previdência Social.....	2001

2

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução	2041
2. Segurados	2042
3. Custeio.....	2043
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos	2045
4.1. Aposentadorias	2046
4.2. Auxílio-natalidade	2052
4.3. Salário-família	2052
4.4. Licença para tratamento de saúde	2053
4.5. Licença à gestante.....	2053
4.6. Licença à adotante.....	2054
4.7. Licença-paternidade	2054

Sumário

4.8. Licença por acidente de serviço.....	2055
4.9. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes.....	2055
4.10. Pensão por morte vitalícia e temporária.....	2056
4.11. Auxílio-funeral.....	2068
4.12. Auxílio-reclusão.....	2068

3

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução.....	2069
2. Inatividade remunerada.....	2069
3. Pensão por morte.....	2071

TÍTULO IV DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados.....	2083
---	------

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução.....	2093
2. Características Gerais.....	2093
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	2105
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios.....	2111
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios.....	2139
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados.....	2141
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	2145
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade.....	2150
9. Regulação dos investimentos pelo Conselho Monetário Nacional.....	2159

3

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS

1. Introdução.....	2167
2. Entidades fechadas – FUNPRESPs.....	2172
3. Plano de benefícios.....	2175
4. Benefício especial.....	2177
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias.....	2180
6. Recursos garantidores.....	2184
7. Controle e fiscalização.....	2185
8. Vigência do regime previdenciário.....	2186

TÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL

PRINCIPAIS DELITOS

1. Apropriação indébita previdenciária.....	2191
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	2202
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social.....	2207
4. Estelionato previdenciário.....	2210
5. Crimes praticados contra as pessoas com deficiência.....	2214

APÊNDICES

Apêndice 1 – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo ..	2217
Apêndice 2 – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LegisPrev.....	2243
Apêndice 3 – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público	2301
Apêndice 4 – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	2333
Apêndice 5 – Questões de Ordem da TNU.....	2351
Apêndice 6 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS	2357
Apêndice 7 – Regimento interno do TNU	2369
Apêndice 8 – Reg. Interno do CRPS	2383
Apêndice 9 – Reg. Interno dos JEFs e Turmas Recursais.....	2411
Apêndice 10 – Reg. Interno dos JEFs e Turmas da 1ª Região.....	2415
Apêndice 11 – Síntese da Minirreforma Previdenciária (Medida Provisória 871/2019).....	2435
Referências	2451